

REINO UNIDO

Premiê britânico promete crescimento econômico



O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, anunciou o seu plano de governo nesta quarta-feira, 17, durante o discurso do rei Charles III na abertura do Parlamento britânico. Na tradicional cerimônia, o monarca leu um discurso preparado pelo primeiro-ministro, estabelecendo as metas do governo para o mandato. **PÁGINA 5**

RELATÓRIO

Minas e Bahia lideram crescimento turístico

Os estados de Minas Gerais e Bahia estão empatados na liderança do crescimento econômico do turismo no Brasil. Entre maio de 2023 e maio deste ano, os estados registraram, respectivamente, aumento de 11,8% e 11,9%, segundo o mais recente relatório do Observatório do Turismo de Minas Gerais. **PÁGINA 8**

EM VÍDEO

Ex-presidente Bolsonaro reafirma apoio a Ramagem

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai participar de dois encontros de pré-campanha no Rio de Janeiro com o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na gestão bolsonarista e pré-candidato à prefeitura da capital carioca, nesta quinta, 18, e sexta-feira, 19. **PÁGINA 6**

ALIANÇA GLOBAL

Brasil apresenta proposta de contra fome e pobreza

Aproveitando a viagem que fazem aos Estados Unidos, onde participam do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, na Organização das Nações Unidas (ONU) integrantes do governo brasileiro apresentaram uma proposta de criação de uma aliança global de combate à fome e à pobreza. **PÁGINA 7**

Presidente afirma que as casas "corrigem coisas" da gestão federal Lula diz que governo precisa aceitar flexibilização de PLs

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enalteceu a relação do Executivo com o Legislativo e minimizou mudanças feitas pelo Congresso em textos do governo federal. Segundo Lula, os ministros têm que estar preparados para que parlamentares flexibilizem os projetos durante a tramitação nas Casas que, muitas vezes, "corrigem coisas" da gestão federal. "Ninguém é obrigado a votar do jeito que o governo quer. Quando o governo faz um

Projeto de Lei, todo ministro que propõe o projeto, ele fala como se fosse um projeto irretocável", afirmou o chefe do Executivo durante sanção de projetos de lei nesta quarta-feira, 17, no Palácio do Planalto. "Temos que estar preparados para a flexibilização da negociação do projeto de lei que muitas vezes parece perfeito, mas não é", afirmou. "É verdade que muitas vezes as pessoas colocam 'jabuti', mas é verdade que muitas vezes corrigem coisas que nós fazemos. Esse é o outro lado da moeda." **PÁGINA 6**



O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA ASSINOU, nesta quarta-feira (17), decreto que cria o Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SisTEA). A medida deve facilitar e padronizar a emissão da carteira nacional de identificação dessa população. O sistema informatizado é gerido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e operacionalizado em conjunto com órgão estaduais e municipais. A assinatura ocorreu durante o encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília. **PÁGINA 7**

SEM ACORDO

CCJ do Senado adia votação da PEC da autonomia do BC

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou para o segundo semestre a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central. O relator da PEC, senador Plínio Valério (PSDB-AM), não conseguiu chegar a um acordo com o governo, que chegou a apresentar uma contraproposta ao tucano nesta semana. **PÁGINA 2**



MERCADO

Dólar fecha no maior nível em duas semanas. Ibovespa sobe

O dólar à vista subiu com força nesta quarta-feira, 17, e voltou a superar o nível de R\$ 5,48 no fechamento pela primeira vez em duas semanas. Apesar da cautela fiscal doméstica ainda pautar os negócios e induzir à manutenção de prêmios de risco na taxa de câmbio, o tropeço do real hoje se deu, sobretudo, pelo ambiente externo adverso. **PÁGINA 3**

EUA

Livro Bege aponta ritmo modesto de expansão

PÁGINA 4

IBOVESPA 129.465,41 ↑ 0,27%

Maiores Altas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AMERICANAS ON NM	0,73	+8,96%	+0,06
HAPVIDA ON NM	4,06	-2,40%	-0,10
B3 ON NM	11,49	+0,09%	+0,01
AMBEV S/A ON ATZ	11,82	+1,03%	+0,12
PETROBRAS PN N2	38,60	+0,52%	+0,20

Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EQTL PARA PNB	8,00	+14,29%	+1,00
AMERICANAS ON NM	0,73	+8,96%	+0,06
ESTRELA PN	1,91	+5,52%	+0,10
TELEBRAS ON	14,00	+5,18%	+0,69
USIMINAS ON N1	7,98	+5,14%	+0,39

Mais Negociadas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
OI ON N1	5,12	-14,09%	-0,84
JOAO FORTES ON	0,23	-11,54%	-0,03
OI PN N1	13,92	-10,77%	-1,68
MRS LOGISTICA	28,00	-9,65%	-2,99
LUPATECH ON NM	1,80	-7,69%	-0,15

BOLSAS NO MUNDO		
	FECHAMENTO	%
DOW JONES	41.198,08	+0,59%
S&P 500	5.588,27	-1,39%
NASDAQ	17.996,92	-2,77%
DAX 30	18.437,30	-0,44%
FTSE 100	8.187,46	+0,28%
IBEX 35	11.105,20	+0,13%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,483	5,483

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO	
COMPRA	VENDA
5,996	5,997

LIBRA	
COMPRA	VENDA
7,131	7,135

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 434,59	2.458,69

SEM ACORDO

CCJ do Senado adia votação da PEC da autonomia do BC

O relator da PEC, senador Plínio Valério (PSDB-AM), não conseguiu chegar a um acordo com o governo, que chegou a apresentar uma contraproposta ao tucano

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou para o segundo semestre a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central. O relator da PEC, senador Plínio Valério (PSDB-AM), não conseguiu chegar a um acordo com o governo, que chegou a apresentar uma contraproposta ao tucano nesta semana.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, uma reunião na manhã desta quarta-feira, 17, entre Valério e os senadores Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, e Vanderlan Cardoso (PSD-GO), autor da PEC, terminou sem acordo e levou ao indicativo de que não seria possível votar a proposta hoje.

Em sua manifestação na CCJ, o relator da PEC disse ter enviado "sinais ao governo" desde o início da tramitação da proposta, mas que não recebeu nenhum contato até esta semana. "As ponderações e reivindicações do governo são muitas, algumas pertinentes e outras nem tanto. Não posso pegá-las horas antes da reunião e acatar ou não acatar", afirmou.

"Por mim haveria a votação, mas em havendo o adiamento, teremos muito tempo para dialogar. Espero que haja esse diálogo, iniciado agora pelo Jaques Wagner", completou o tucano.

Plínio Valério disse que não incluiria todas as sugestões do governo de última hora. "Não li sugestões do governo, porque não dá tempo. Não seria justo não acatar de ofício, porque é do governo, que tem muito a colaborar e agora se mostra



O relator da PEC disse ter enviado "sinais ao governo" desde o início da tramitação da proposta, mas que não recebeu nenhum contato até esta semana.

interessado", alegou.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a proposta apresentada pelo governo federal retira da mesa a transformação da autoridade monetária em empresa pública, mas mantém na mesa a possibilidade de o BC contratar funcionários no regime celetista.

"O Banco Central fica autorizado, nos termos de lei complementar, a contratar servido-

res sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho", diz o parágrafo 8º da minuta, à qual a reportagem teve acesso. O artigo 7º estabelece que a autoridade monetária "não se vincula aos sistemas da administração pública".

A proposta também estabelece que as despesas do BC seriam custeadas pelas suas próprias receitas. No parágrafo 4º, autoriza a autarquia a incluir

no seu orçamento "despesas de pessoal, investimento, funcionamento, meio circulante" e custeio do Proagro, respeitadas diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner, ao pedir o adiamento da votação da PEC, argumentou que ainda não há um cenário consolidado para aprovação da proposta.

"Aquela expectativa de placar

(na semana passada, quando se desenhava um empate) mostrou que os próprios colegas não têm uma maioria consolidada (a favor da PEC)", disse Wagner.

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), defendeu o adiamento para que os congressistas busquem um acordo que viabilize a aprovação da proposta não só na comissão, mas no plenário das duas Casas do Legislativo.

"Somos 81 senadores. Precisamos de 49 votos para aprovar uma PEC. Essa proposta vai ser debatida nesta comissão, no plenário e vai para a Câmara. Na Câmara, é preciso ter 308 votos para aprovar uma emenda constitucional. Esse é o melhor caminho. Se ficarmos com intransigência, a gente acaba não alcançando o cerne da discussão, que não é político ou ideológico, é institucional", disse.

Alcolumbre defendeu um "caminho de centro" para se chegar aos votos necessários para aprovação da emenda constitucional. O senador disse acreditar que "uma parte significativa do Senado e da política" defende o "eixo central" da PEC, a autonomia administrativa e financeira para o Banco Central.

Davi Alcolumbre defendeu Roberto Campos Neto, a quem chamou de "amigo pessoal" e "grande brasileiro". Também disse que o presidente do BC "tem nos ajudado muito a melhorar a vida dos brasileiros e do Estado".

"Tenho acompanhado nos últimos meses o embate que a política econômica do Banco Central, sob liderança do Roberto Campos Neto, tem tido com a agenda de parte do governo. Nesse sentido, independente das questões ideológicas e partidárias, quero falar do cidadão e técnico Roberto Campos Neto, que é meu amigo pessoal. E quero fazer a defesa e reconhecer o papel relevante que ele tem à frente do Banco Central, em um ambiente em que qualquer presidente de Banco Central, em qualquer governo, é criticado muitas das vezes pelo próprio governo", afirmou Alcolumbre.

Para o presidente da CCJ - e provável sucessor de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na presidência do Senado a partir do ano que vem -, Campos Neto "é um grande brasileiro que tem nos ajudado muito a melhorar a vida dos brasileiros e do Estado".

As declarações de Alcolumbre foram motivadas por ataques contra Campos Neto durante a sessão da CCJ em que foi discutida a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autonomia do Banco Central. O vice-líder do governo no Senado, Jorge Kajuru (PSB-GO), chamou o presidente do BC de "antibrasileiro" e "desprezível".

ÍNDICE

IGP-10 de julho sobe 0,45% após alta de 0,83% em junho, revela FGV

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) subiu 0,45% em julho, após ter registrado alta de 0,83% em junho, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado anunciado nesta quarta-feira, 17, ficou acima da mediana do Projeções Broadcast (0,38%). Os entrevistados esperavam taxa entre 0,09% e 0,66%.

Quanto aos três indicadores que compõem o IGP-10 de julho, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 0,49%, ante 0,88% em junho. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram alta de 0,24% em maio, após o aumento de 0,54% em junho. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve eleva-

ção de 0,54% em julho, depois de subir 1,06% em junho.

O IGP-10 acumula alta de 1,63% no ano. A taxa acumulada em 12 meses ficou também positiva em 3,38%. Nesse caso, a mediana do Projeções Broadcast era de 3,32% e o intervalo, de 3,03% a 3,60%.

Preços agropecuários
Os preços agropecuários subiram 0,81% no atacado em julho, após uma alta de 1,11% em junho, dentro do IGP-10. Já os preços dos produtos industriais avançaram 0,37% no atacado em julho, contra elevação de 0,80% no mês anterior.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que

permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 0,07% em julho, ante elevação de 1,09% em abril. Os preços dos bens intermediários subiram 0,44% em julho, após alta de 0,77% em junho. Já os preços das matérias-primas brutas avançaram 0,96% em julho, depois de terem elevação de 0,80% em junho. Grupo Alimentação tem deflação em julho e ajuda desaceleração do IGP-10, afirma FGV

GRUPOS

De acordo com o economista do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE), André Braz, a maioria dos índices

que compõem o IGP-10 desaceleraram de junho para julho, apesar dos efeitos sazonais e da desvalorização mais acentuada do real em relação ao dólar.

"No âmbito do produtor, a queda nos preços dos alimentos in natura contribuiu para essa desaceleração. No IPC, índice que mede a variação do custo de vida, esse efeito também foi registrado, resultando em deflação no grupo alimentação. Finalmente, no INCC, tanto materiais quanto mão de obra apresentaram menor aumento em julho", destacou Braz.

O grupo Alimentação foi o único em queda dentro do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em julho, cedendo 0,12%,

depois de ter subido 0,92% em junho. Já o conjunto de preços de Transportes perdeu um pouco da força este mês, registrando alta de 0,28%, contra 0,37% em junho. O índice, porém, pegou impacto de apenas dois dias dos aumentos da gasolina e do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), realizados pela Petrobras em 9 de julho.

Ainda no IPC, Vestuário passou de queda de 0,2% em junho para alta de 0,18% em julho, enquanto a Habitação subiu 0,14% em julho, contra 0,52% no mês anterior.

Dentro do Índice de Preços do Produtor Amplo (IPA), que desacelerou de 0,88% para 0,49% entre junho e julho,

o comportamento dos Bens Finais - que cederam de uma alta de 1,09% para 0,07% na mesma comparação -, também foi influenciado principalmente pelo subgrupo de alimentos in natura, que viu a taxa variar de alta de 3,30% para queda de 3,99%.

No grupo de Bens Intermediários, ainda no IPA, a taxa variou de 0,77% em junho para 0,44% em julho, impulsionado pelo recuo nos preços do subgrupo de materiais e componentes para a manufatura, que passou de 1,30% para 0,42%.

Já a taxa do grupo Matérias-Primas Brutas passou de 0,80% em junho para 0,96% em julho, com destaque para as altas do café em grão (1,24% para 9,42%), laranja (-6,17% para 4,66%) e cacau (-14,61% para 14,28%). No sentido contrário, os movimentos mais relevantes foram da soja em grão (4,81% para 1,96%), arroz em casca (7,50% para -1,17%) e minério de ferro (0,05% para -0,60%), informou a FGV.

Diário ComercialPropriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.FILIADO À:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS**DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA**
Bruna Luz**DIRETOR EXECUTIVO**
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

**ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL****REPRESENTANTE COMERCIAL****Rio de Janeiro**
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906**São Paulo**
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000**Brasília**
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038**Belo Horizonte**
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra Q5 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

MERCADO

Dólar fecha no maior nível em duas semanas; Ibovespa tem alta de 0,26%

Moeda norte-americana à vista sobe com força e volta a superar nível de R\$ 5,48 no fechamento pela 1ª vez em duas semanas. Índice de referência da B3 retoma trajetória positiva e encerra aos 129.450,32 pontos.

O dólar à vista subiu com força nesta quarta-feira, 17, e voltou a superar o nível de R\$ 5,48 no fechamento pela primeira vez em duas semanas. Apesar da cautela fiscal doméstica ainda pautar os negócios e induzir à manutenção de prêmios de risco na taxa de câmbio, o troço do real nesta quarta-feira se deu, sobretudo, pelo ambiente externo adverso.

Analistas afirmam que arrancada do iene em relação à moeda americana, em meio a sinais de nova intervenção do Banco do Japão (BoJ) no mercado de câmbio, levou a uma liquidação de posições em divisas emergentes de países de juros altos, em especial as latino-americanas.

Já em alta pela manhã, o dólar acelerou os ganhos ao longo da tarde, em sintonia com o exterior, e chegou a se aproximar de R\$ 5,49, com máxima a R\$ 5,4880. No fim do dia, era negociado a R\$ 5,4838, em alta de 1,00%. Com isso, a moeda passa a acumular valorização de 0,97% na semana. No mês, ainda apresenta perdas (1,87%).

O real amargou o segundo pior desempenho entre as principais divisas emergentes e de países exportadores, atrás apenas do peso colombiano. Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY recuava 0,50% no fim da tarde, na casa dos 103,700 pontos, em razão, sobretudo, do tombo de mais de 1,30% da moeda americana em relação ao iene.

IBOVESPA

Mesmo na contrarcorrente do câmbio e da correção no S&P 500 (-1,39%) e do Nasdaq (-2,77%) em Nova York, o Ibovespa retomou a trajetória positiva nesta quarta-feira após leve realização de lucros no dia anterior, quando interrompeu sequência de 11 ganhos. Hoje, oscilou de 128.741,45 a 129.657,77 pontos, saindo de abertura aos 129.111,70. Ao fim, mostrava alta de 0,26%, aos 129.450,32 pontos, com giro a R\$ 35,4 bilhões, em dia de vencimento de opções sobre o



O Ibovespa encerrou o dia com giro a R\$ 35,4 bilhões, em dia de vencimento de opções sobre o índice. Na semana, o índice sobe 0,43% e, no mês, ganha 4,47%, limitando a perda do ano a 3,53%.

índice. Na semana, o Ibovespa sobe 0,43% e, no mês, ganha 4,47%, limitando a perda do ano a 3,53%.

No exterior, desde cedo, a quarta-feira foi pautada pela provável intervenção do BC japonês sobre o mercado de câmbio, para defender o iene. A turbulência afetou em especial o desempenho de commodities metálicas, como o minério de ferro e o cobre, e de moedas de emergentes. Em Dalian (China), o minério encerrou em baixa de 2,66%, mas o petróleo subiu 1,61% (Brent), em Londres, em sessão de baixa do dólar frente à cesta de moedas do índice DXY, que reúne referências como euro, iene e libra.

Na B3, apesar da pressão no câmbio, o dia foi de ganhos bem distribuídos pelas ações de maior peso e liquidez, à exceção de Vale (ON -0,93%), que sentiu o ajuste dos preços do minério na sessão. Em nota, a Guide Investimentos aponta, como fundamento para a

variação nos preços do metal, "o aumento da oferta da commodity pelas maiores mineradoras do mundo, mesmo com a China, principal consumidora do insumo, enfrentando uma crise imobiliária que afeta a demanda".

No relatório trimestral de produção e vendas, divulgado na noite de ontem, a Vale mostrou forte patamar de produção (80,6 milhões de toneladas) e de vendas (79,8 Mt). Mas, com embarques de produtos de menor qualidade e a pressão dos preços do minério, os preços realizados de finos e os prêmios all-in recuaram entre abril e junho, reportam os jornalistas Juliana Garçon e Jorge Barbosa, do Broadcast.

Em Nova York, o barril da referência americana, o WTI, andou ainda mais do que o global Brent na sessão, em alta de 2,17% no fechamento desta quarta-feira na Nymex. Os estoques de petróleo nos Estados Unidos tiveram queda de 4,87

milhões de barris, a 440,226 milhões, na semana passada, de acordo com dados divulgados hoje pelo Departamento de Energia. O resultado surpreendeu analistas consultados por The Wall Street Journal, que previa estabilidade na semana.

Dessa forma, com apoio dos preços da commodity, Petrosbras ON e PN fecharam, respectivamente, em alta de 0,73% e 0,52%. Apesar do ajuste em Vale, a sessão foi em geral positiva para o setor metálico, com destaque para Usiminas (PNA +5,04%, na máxima do dia no fechamento) e CSN (ON +0,61%). As ações de grandes bancos também foram bem nesta quarta-feira, com Itaú (PN +1,09%), Santander (Unit +1,01%) e Banco do Brasil (ON +1,00%) pouco atrás de Bradesco (ON +1,21%, PN +1,19%, ambas na máxima do dia no encerramento).

Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Usiminas, destaque para Ultrapar

(+2,97%), Cemig (+2,85%) e Raízen (+2,58%). No lado oposto, CVC (-5,77%), Assai (-3,24%) e Hapvida (-2,40%).

Apesar dos desafios que ainda pendem sobre o cenário doméstico, a perspectiva externa, fortalecida pela expectativa para o início do corte de juros nos Estados Unidos em setembro, tem contribuído para a recuperação do Ibovespa nos últimos 30 dias, observa Charo Alves, especialista da Valor Investimentos. Nesse intervalo, correspondente a um mês, o Ibovespa acumula ganho de 8,66% - e, em 12 meses ou um ano, a alta chega a 9,50%.

JUROS

Mesmo com um maior alívio na curva dos Treasuries à tarde, os juros futuros no Brasil seguiram em alta até o fim da sessão, com o mercado ainda repercutindo negativamente a entrevista do presidente Lula à TV Record, na qual disse que precisaria ser convencido sobre

a necessidade de corte de gastos. O dólar em alta, e voltando a mirar com os R\$ 5,50 nas máximas do dia, também pesou sobre a curva.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 tinha taxa de 10,620%, de 10,573% ontem no ajuste, e o DI para janeiro de 2026 subia de 11,09% para 11,20% (máxima). A do DI para janeiro de 2027 avançava de 11,36% para 11,44% e a do DI para janeiro de 2029, de 11,72% para 11,77%.

A entrevista de Lula, que ontem já limitava o recuo das taxas, continuou exercendo pressão, desta vez com o ambiente externo em segundo plano. Os rendimentos dos Treasuries operavam sem direção única pela manhã, mas na segunda etapa a ponta longa virou para baixo após um leilão de T-bonds de 20 anos, com demanda acima da média. No fim da tarde, a taxa da T-Note de dez anos operava em 4,15%.

TELECOMUNICAÇÕES

Justiça do Rio suspende leilão ativo para venda da Oi Fibra

A audiência de leilão ativo do Grupo Oi, em recuperação judicial, foi suspensa nesta quarta-feira (17) pela juíza Caroline Rossy Brandão Fonseca, em exercício na 7ª Vara Empresarial do Rio, porque uma única empresa apresentou proposta com preço bem inferior ao valor mínimo estabelecido no edital.

A informação foi dada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por meio de sua assessoria de imprensa.

Após a abertura dos envelopes lacrados com propostas das empresas habilitadas para compra da carteira de clientes da Client Co. (Oi Fibra), somente a empresa Ligga Telecomunicações apresentou proposta, no valor de R\$ 1,030 bilhão, para compra do lote integral, inferior ao preço mínimo previsto de R\$ 7,3 bilhões.

Diante disso, a Adminis-

tração Judicial Conjunta submeterá agora a proposta da empresa Ligga para análise e deliberação de um grupo específico de credores do Grupo Oi, para que estes se manifestem sobre o valor oferecido. Foi designada a data de 6 de agosto para retomada da audiência.

Outras duas empresas foram habilitadas a participarem do leilão. São elas Vero S/A e Brasil Tecnologia e Participações S/A que, entretanto, não apresentaram propostas.

Recuperação

No dia 28 de maio deste ano, a juíza Caroline Rossy Brandão Fonseca concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi e homologou o plano de recuperação aprovado por maioria expressiva em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 19 de abril.

A decisão faz ressalva, porém, em relação a três cláusulas do plano que tratam, entre outros temas, da novação dos créditos e do compromisso de não litigar. O TJRJ informou que esses pontos surtirão efeito apenas para os credores que aprovaram o plano de recuperação judicial, sem nenhuma ressalva. Esse é o segundo processo consecutivo enfrentado pela companhia desde a apresentação de um primeiro pedido, em 2016.

O plano estabelece que os credores terão prazo de 30 dias ou 20 dias, conforme a opção de pagamento, contados da data da homologação, para novamente analisar o aspecto econômico-financeiro de seu crédito e optar pela melhor opção de pagamento. A escolha deverá ser feita por meio das plataformas eletrônicas.

AMERICANAS

Comitê criado pela empresa confirmou fraude contábil

A Americanas, em recuperação judicial, informou na noite de terça-feira, 16, que o comitê independente criado pela empresa para apurar inconsistências em suas contas reportou ao Conselho de Administração evidências que confirmam a existência de "fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC (verbas de propaganda cooptada) e por operações financeiras conhecidas como 'risco sacado', dentre outras operações fraudulentas e incorretamente refletidas no balanço da companhia".

Nas operações de risco sacado, a empresa contrai dívidas com o banco para o pagamento de fornecedores. A dívida, porém, não era

informada corretamente pela companhia em seu balanço. A varejista usava isso como uma maneira artificial de gerar caixa para a operação deficitária da empresa, apontaram as investigações. Segundo comunicado, os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integram os quadros da companhia. No mês passado, uma operação da Polícia Federal cumpriu 15 mandados de busca e apreensão nas residências de ex-diretores da companhia.

O comitê independente investigou uma fraude de R\$ 23,5 bilhões nas Lojas Americanas revelada no início do ano passado. O trabalho terminou no final de junho, quase um ano e meio depois da divulgação do rombo bilionário na empresa.

O comunicado desta terça-

feira diz ainda que, "diante das evidências apresentadas pelo comitê e sem prejuízo das medidas já tomadas até esta data com relação a tais fatos, o Conselho de Administração orientou a diretoria da companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes - Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades -, e a companhia continuará colaborando integralmente com as investigações em curso".

O Conselho de Administração também orientou que a diretoria avalie as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais da companhia e o ressarcimento pelos prejuízos a ela causados.

EUA

Livro Bege: Economia manteve ritmo modesto de crescimento

De acordo com o relatório do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), a atividade econômica "teve um crescimento modesto na maior parte dos distritos"



Reprodução

O livro bege, sumário de opiniões que embasa as decisões de política monetária, divulgado pelo banco central americano, apontou atividade estável ou em declínio em cinco distritos dos Estados Unidos

A atividade econômica nos Estados Unidos "teve um crescimento modesto na maior parte dos distritos", de acordo com o Livro Bege do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), sumário de opiniões que embasa as decisões de política monetária divulgado nesta quarta-feira, 17. No entanto, enquanto sete distritos registraram aumento na atividade, outros cinco tiveram uma atividade estável ou em declínio - três a mais do que no período anterior.

Os salários cresceram a um ritmo modesto na maioria das regiões, enquanto os preços subiram de forma moderada. De acordo com a maioria dos bancos, as despesas

das famílias também sofreu poucas mudanças, conforme o documento.

As vendas de automóveis tiveram desempenho variado neste período, mas algumas regiões notaram que as vendas foram menores por causa de um ciberataque em concessionárias e altas taxas de juros, diz o relatório. A demanda foi fraca por empréstimos a consumidores e empresas.

No setor de viagens e turismo, houve crescimento de forma constante, de acordo com as expectativas sazonais. O Livro Bege acrescenta que as condições agrícolas variaram conforme as secas esporádicas em todo o país. Conforme o documento, as regiões também registraram tendências divergentes na atividade de manufatura, variando de

forte retração a crescimento moderado.

A reposição de estoques no varejo impulsionou um leve crescimento na atividade de transporte, afirma o documento. Enquanto isso, "a capacidade apertada no transporte marítimo levou a um aumento nas taxas à vista. As expectativas para o futuro da economia é de crescimento mais lento nos próximos seis meses devido à incerteza em torno da próxima eleição, política interna, conflito geopolítico e inflação.

PREÇOS

Os preços continuaram aumentando a um ritmo modesto na economia dos EUA até meados de julho, enquanto os gastos do consumidor permaneceram pra-

ticamente estáveis, registrou o Livro Bege do Federal Reserve (Fed). O documento resume as condições econômicas no período e compila as opiniões e impressões de instituições ao redor do país.

De acordo com os registros, quase todos os distritos do Fed ouviram de varejistas que consumidores estão priorizando itens essenciais e pesquisando melhores preços e ofertas. Enquanto isso, os contatos pontuaram que os preços de insumos estão mais estáveis no país.

EMPREGO

O emprego nos Estados Unidos cresceu em um ritmo leve até meados de julho, na avaliação mais recente expressa no Livro Bege, do Federal Reserve (Fed).

Segundo o documento, a maioria dos distritos relatou que o emprego ficou estável ou aumentou ligeiramente, com leve melhora na oferta de mão de obra, embora a disponibilidade de trabalhadores continue escassa.

Mesmo assim, o texto - que resume as opiniões e impressões de instituições ao redor dos EUA - registrou queda de empregos no setor industrial, como consequência da desaceleração de novas encomendas à indústria.

O Livro Bege também registrou uma alta de salários em um ritmo "modesto a moderado" entre maio e meados de julho, com alguns contatos sugerindo uma desaceleração do crescimento de salários devido a uma maior disponibilidade de trabalhadores.

Bolsas da Europa fecham em direções distintas

As principais bolsas europeias fecharam em rumos distintos nesta quarta-feira, 17, com Paris e Frankfurt mantendo o tom negativo da semana, em meio a uma forte queda de ações de semicondutores e cautela antes da reunião do Banco Central Europeu (BCE) na quinta-feira, 18. Londres destoou com ganhos após o governo trabalhista apresentar vários projetos com a intenção de "tirar os freios do Reino Unido". Entre as ações individuais, a Antofagasta foi um dos destaques negativos em Londres após corte de previsão de produção de cobre.

Em Paris, o índice CAC 40 cedeu 0,12%, aos 7.570,81 pontos. Em Frankfurt, o DAX registrou queda de 0,40% aos 18.443,62 pontos. As cotações são preliminares.

O mau humor no setor de tecnologia veio após relatos de que o governo dos EUA está considerando aplicar as restrições comerciais mais severas se empresas de chips como a ASML Holding e a Tokyo Electron continuarem dando à China acesso à tecnologia avançada de semicondutores.

Em Amsterdã, a ASML perdeu 10,9%, arrastando outros fabricantes de semicondutores, como a ASM International (-7,95%) e da BE Semiconductor (-6,65%).

Em Londres, o FTSE subiu 0,28%, aos 8.187,46 pontos. Em evento, o rei Charles III abriu formalmente o novo parlamento lendo os planos de seu novo primeiro-ministro, Keir Starmer, cuja vitória eleitoral esmagadora encerrou uma era de 14 anos de governo conservador. As promessas incluem a de nacionalizar as ferrovias britânicas e enfrentar a crise imobiliária.

A Antofagasta não conseguiu se beneficiar do clima positivo e caiu 5,64% em Londres.

Os investidores se preparam para a reunião do BCE, após dados confirmarem que a inflação ao consumidor (CPI) na zona do euro desacelerou. No Reino Unido, o CPI anual ficou em 2% em junho, mesmo nível de maio, ante previsão de desaceleração.

Em Madri, o Ibex-35 perdeu 0,21%, fechando em 11.114,10 pontos. O PSI 20, de Lisboa, recuou 0,15%, a 6.765,92 pontos. Em Milão, o FTSE Mib teve variação positiva de 0,03%, aos 34.379,64 pontos. As cotações são preliminares.

ÁSIA

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em baixa nesta quarta-feira, 17, enquanto investidores seguem à espera de possíveis estímulos de uma reunião de líderes chineses que está em andamento. Na Oceania, por outro lado, o mercado de Sydney renovou máxima histórica.

Na China continental, o índice Xangai Composto recuou 0,45%, a 2.962,85 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto teve perda de 0,78%, a 1.599,29 pontos, em meio à queda de ações de petrolíferas e do setor de alumínio. Nos últimos dias, os mercados locais operaram na expectativa de que o Partido Comunista chinês anunciasse novas medidas de estímulo durante reunião de quatro dias que termina amanhã (18), o que ainda não se concretizou.

Em outras partes da Ásia, o japonês Nikkei caiu 0,43% em Tóquio, a 41.097,69 pontos, pressionado por ações ligadas a eletrônicos, enquanto o sul-coreano Kospi cedeu 0,80% em Seul, a 2.843,29 pontos, e o Taiex recuou 0,95% em Taiwan, 23.769,82 pontos.

O Hang Seng, por sua vez, garantiu alta marginal de 0,06% em Hong Kong, a 17.739,41 pontos.

CHINA

OMC realiza primeiro dia de discussão sobre revisão de políticas comerciais

A Organização Mundial do Comércio (OMC) promove nesta quarta-feira, 17, o primeiro dia de discussão sobre a revisão da política comercial da China, levando em conta que a importância do país asiático na economia global e no comércio aumentou de forma ainda mais acentuada durante o período de análise, de acordo com documento publicado no website da entidade com sede em Genebra. A revisão ocorre à luz da constante pressão de parceiros comerciais por reformas que abordem os desequilíbrios do país asiático.

Na ausência de reformas, a pressão sobre os membros da OMC para que tenham acesso legítimo a instrumentos de defesa comercial só aumentará, disse o representante permanente da União Europeia na OMC, o embaixador João Aguiar Machado, em comunicado publicado no website do bloco.

A União Europeia enfati-

zou a importância de China implantar uma estrutura de falência e governança corporativa que funcione corretamente, oferecendo incentivos para que empresas deficitárias eliminem perdas ou saiam de ocupação citada é o impulso da China em direção à substituição de importações e à autossuficiência. "Empresas financiadas por estrangeiros continuam a enfrentar discriminação no mercado chinês", observou o documento da UE.

Em comunicado, o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido saudou alguns esforços do país para melhorar o ambiente de negócios, mas identificou alguns pontos para potencial avanço, como o fato de as leis e regulamentações serem, às vezes, publicadas com pouco aviso prévio, além de terem um teor ambíguo, deixando empresas estrangeiras incertas sobre como cumprir.



Agência Brasil

A revisão da OMC ocorre à luz da constante pressão de parceiros comerciais por reformas na China

Os desafios que a China apresenta ao sistema comercial internacional estão crescendo, disse na quarta-feira

o vice-representante permanente dos EUA na organização, David Bisbee, segundo as agências internacionais.

O governo americano acusa Pequim de práticas industriais "predatórias" que prejudicam outros países.

REINO UNIDO

Premiê britânico promete crescimento econômico e aproximação com a UE

O novo primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer anunciou plano de governo em tradicional cerimônia com presença do rei Charles III. O político falou em investimento em infraestrutura e preços mais baixos de energia

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, anunciou o seu plano de governo nesta quarta-feira, 17, durante o discurso do rei Charles III na abertura do Parlamento britânico. Na tradicional cerimônia, o monarca leu um discurso preparado pelo primeiro-ministro, estabelecendo as metas do governo para o mandato. O político do Partido Trabalhista prometeu crescimento econômico, investimento em infraestrutura e preços mais baixos de energia, além da aproximação com a UE.

O Discurso do Rei é a peça central da abertura do Parlamento, uma ocasião em que o monarca britânico se encontra com os políticos. Charles III usou uma coroa cravejada de diamantes e se sentou em um trono dourado durante o seu discurso. Durante a fala, Charles III apontou que o objetivo do governo é "ver o aumento dos padrões de vida em todas as nações e regiões do Reino Unido".

Os trabalhistas venceram as eleições britânicas no dia 4 de julho de forma esmagadora. Os eleitores sinalizaram uma necessidade de mudança após 14 anos em que o Partido Conservador esteve no poder.

O discurso apresentou 40 projetos de lei, muitos centrados no crescimento econômico, na construção de habitações e no objetivo de descarbonizar o fornecimento de energia do país com uma empresa pública de energia verde. O governo trabalhista também prometeu aliviar a crise do custo de vida. Na abertura do último Parlamento, os conservadores haviam apresentado 21 projetos.

"O meu governo procurará uma nova parceria com os empresários e os trabalhadores e ajudará o país a ultrapassar os recentes desafios do custo de vida, dando prioridade à criação de riqueza para todas as comunidades", disse o rei Charles III.

Starmer fez campanha com a promessa de trazer mudanças ousadas ao Reino Unido sem aumentar impostos. Ele pretende ser ao mesmo tempo pró-trabalhadores e pró-negócios, a favor de grandes novos projetos de infraestrutura e protetores do meio ambiente. O governo prometeu também um salário mínimo mais elevado para os trabalhadores.

Em uma introdução ao discurso, o primeiro-ministro pediu paciência aos membros do Parlamento, apontando que a mudança exigiria "trabalho paciente e soluções sérias",

em vez de respostas fáceis e "o encanto do populismo".

O discurso também incluiu novas medidas para reforçar a segurança das fronteiras, criando um Comando de Segurança das Fronteiras reforçado com uma força tarefa antiterrorista para combater quadrlhas de contrabando de pessoas. As promessas feitas por Starmer em relação ao tema ocorrerem em contrapartida à decisão do Partido Trabalhista de anular o plano controverso do Partido Conservador de enviar as pessoas que chegam ao Reino Unido pelo Canal da Mancha para Ruanda.

O discurso desta quarta-feira foi o segundo discurso de abertura do Parlamento proferido por Charles III desde a morte de sua mãe, a rainha Elizabeth II, em setembro de 2022.

Ele se deslocou do Palácio de Buckingham ao Parlamento em uma carruagem puxada por cavalos - passando por um pequeno grupo de manifestantes anti-monarquia com cartazes que diziam "abaixo a Coroa" - antes de se vestir para a cerimônia. A polícia apontou que 10 membros de um grupo de ativistas ambientais foram presos perto do Parlamento por supostos planos de perturbar o discurso.



Starmer fez campanha com a promessa de trazer mudanças ousadas ao Reino Unido sem aumentar impostos.

GAZA



O Hezbollah atingirá novos alvos israelenses se Israel continuar alvejando civis no Líbano, disse o líder do grupo, Sayyed Hassan Nasrallah

Hezbollah ameaça atingir Israel se ataques a civis prosseguirem

O Hezbollah atingirá novos alvos israelenses se Israel continuar alvejando civis no Líbano, disse o líder do grupo, Sayyed Hassan Nasrallah, nesta quarta-feira (17), observando um aumento no número de não combatentes mortos no Líbano nos últimos dias.

Cinco civis, todos sírios, incluindo três crianças, foram mortos em ataques israelenses no Líbano na terça-feira (16) e pelo menos três civis libaneses foram mortos no dia anterior, de acordo com a mídia estatal e fontes de segurança. Israel afirmou que está atacando os militantes e a infraestrutura do

Hezbollah no Líbano e que não tem como alvo os civis.

"Continuar a alvejar civis forçará a Resistência a lançar mísseis em assentamentos que não eram alvos anteriores", disse Nasrallah, em comentários feitos durante um discurso televisionado para marcar o dia sagrado xiita Ashoura.

O Hezbollah, grupo militante apoiado pelo Irã e força militar e política mais poderosa do Líbano, refere-se a todos os centros populacionais israelenses como assentamentos e não reconhece Israel.

Israel e o Hezbollah têm trocado disparos desde que o Hez-

bollah anunciou uma "frente de apoio" com os palestinos, logo após seu aliado Hamas ter atacado comunidades do sul da fronteira israelense em 7 de outubro, desencadeando a ofensiva militar de Israel em Gaza.

Grupos alinhados ao Irã na região, incluindo facções armadas xiitas na Síria e no Iraque e os Houthis do Iêmen, também têm disparado contra Israel desde pouco depois de 7 de outubro.

No Líbano, os combates mataram mais de 100 civis e mais de 300 combatentes do Hezbollah, de acordo com uma contagem da Reuters, e levan-

ram cidades e vilarejos da fronteira libanesa a níveis de destruição nunca vistos desde a guerra entre Israel e Líbano em 2006.

Nasrallah prometeu que as casas total ou parcialmente destruídas seriam reconstruídas "mais bonitas do que eram antes".

Nasrallah também minimizou a capacidade de Israel de travar uma guerra em grande escala no Líbano, dizendo que sua capacidade militar havia sido degradada em Gaza e afirmando que todos os tanques do Exército israelense seriam destruídos caso entrassem no Líbano.

CESSAR-FOGO

Netanyahu quer aumentar a 'pressão' contra Hamas

Israel prosseguiu nesta quarta-feira (17) com seus ataques aéreos contra a Faixa de Gaza, depois de o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu prometer "aumentar ainda mais a pressão" militar sobre o Hamas, após mais de nove meses de guerra.

As negociações indiretas para um cessar-fogo e a libertação dos reféns nas mãos do Hamas continuam paralisadas desde que o movimento islamista palestino se retirou no domingo, conforme relatado por um líder, que denunciou os "massacres" israelenses "contra civis desarmados". Entretanto, o dirigente afirmou estar "disposto" a retomar as negociações quando Israel "demonstrar seriedade para concluir um acordo de cessar-fogo".

O Exército israelense afirmou ter realizado 25 bombardeios em 24 horas contra "estruturas militares, infraestrutura terrorista e células terroristas".

Netanyahu, que repetidamente prometeu destruir o Hamas, insistiu na terça-feira que "o Hamas está sob pressão", sendo este "exatamente o momento de aumentar ainda mais a pressão".

"Temos eles agarrados pela garganta. Estamos a caminho da vitória absoluta", enfatizou perante o Parlamento.

Dois palestinos morreram nesta quarta-feira em bombardeios israelenses em Rafah, cidade no sul, segundo fontes médicas.

Outras nove pessoas foram mortas por um ataque com drone na Cidade de Gaza, no norte, conforme relatado pela Defesa Civil do território palestino. Na terça-feira, cinco bombardeios, incluindo um contra uma escola que abrigava deslocados no campo de Nuseirat, resultaram em 57 mortes, de acordo com autoridades locais.

O Exército israelense confirmou ter bombardeado "terroristas ativos em uma escola da UNRWA [agência da ONU para refugiados palestinos] na região de Nuseirat".

Em frente ao hospital Mártires de Al Aqsa, em Deir al Balah (centro), Meqdad, um deslocado, chorava a morte de seu filho de 18 meses em um bombardeio em Nuseirat.

Pelo menos 90% dos habitantes de Gaza foram obrigados a se deslocar pelo menos uma vez desde o início da guerra em 7 de outubro, segundo a ONU. Muitos deles se refugiaram em escolas administradas pela organização, mas sete delas foram alvo de bombardeios israelenses desde 6 de julho.

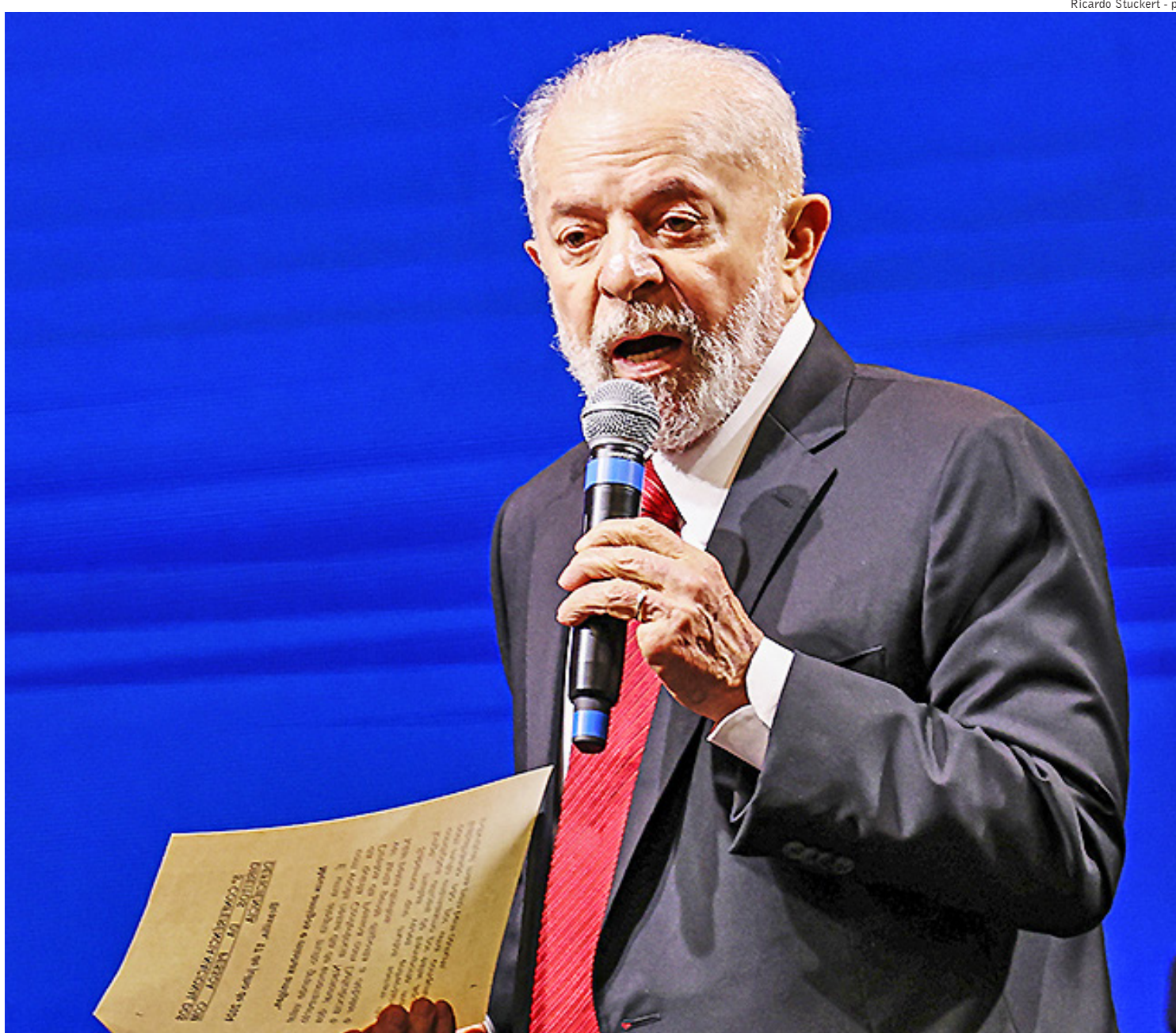
Os Estados Unidos, um dos países mediadores do conflito junto com Catar e Egito, têm pressionado para que Israel e Hamas cheguem a um acordo desde o final de maio, quando o presidente Joe Biden revelou detalhes de uma suposta proposta de paz israelense.

No entanto, os esforços internacionais não conseguiram fazer avançar as negociações indiretas.

CONGRESSO

Lula minimiza jabutis e diz que governo precisa aceitar flexibilização de PLs

Presidente da República enaltece relação entre Executivo e Legislativo e minimiza mudanças feitas pelo Congresso em textos do governo federal. De acordo com ele, muitas vezes a Câmara e o Senado 'corrigem coisas' da gestão federal



Ricardo Stuckert - pr

Na fala desta quarta-feira, o presidente Lula disse que nunca teve uma relação tão boa com o Congresso como está tendo em seu terceiro mandato

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enalteceu a relação do Executivo com o Legislativo e minimizou mudanças feitas pelo Congresso em textos do governo federal. Segundo Lula, os ministros têm que estar preparados para que parlamentares flexibilizem os projetos durante a tramitação nas Casas que, muitas vezes, "corrigem coisas" da gestão federal. "Ninguém é obrigado a votar do jeito que o governo quer. Quando o governo faz um Projeto de Lei, todo ministro que

propõe o projeto, ele fala como se fosse um projeto irretocável", afirmou o chefe do Executivo durante sanção de projetos de lei nesta quarta-feira, 17, no Palácio do Planalto.

"Temos que estar preparados para a flexibilização da negociação do projeto de lei que muitas vezes parece perfeito, mas não é", afirmou. "É verdade que muitas vezes as pessoas colocam 'jabuti', mas é verdade que muitas vezes corrigem coisas que nós fazemos. Esse é o outro lado da moeda."

Em junho, o petista sancionou o projeto de lei que estabelece a chamada "taxa das blusi-

nhas", o imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. A medida faz parte do projeto de lei que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e cria incentivos às montadoras. A taxação foi considerada como um "jabuti", ou seja, matéria estranha ao tema do texto. À época, Lula disse achar equivocada a taxação, mas afirmou estar sancionando a medida para garantir a "unidade" entre governo e Congresso.

Na fala desta quarta-feira, Lula disse que nunca teve uma relação tão boa com o Congresso como está tendo em seu

terceiro mandato. "Porque nós voltamos mais maduros, porque os deputados e senadores estão mais maduros, independente do que vai acontecer amanhã ou depois de amanhã", pontuou.

O presidente voltou a prometer que deve entregar, nas próximas semanas, um relatório aos deputados e senadores sobre os feitos do governo desde o início da gestão. Segundo ele, o documento será entregue a todos os congressistas, independentemente do partido político. "Para, se ele quiser fazer oposição, ele está sabendo o que está acontecendo".

A ideia é que o texto seja

PARTIDOS

Sem relator no Senado, PEC da anistia fica para agosto

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que dá anistia aos partidos que cometeram infração eleitoral será votada na primeira sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, em agosto, segundo o presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Nesta quarta-feira, 17, Alcolumbre afirmou que está com dificuldades para encontrar um parlamentar para a relatoria do texto. "Quase que eu sou relator para ver se aprova logo", disse o presidente da CCJ. Questionado se teria interesse no tema, o senador disse que "confusão só presta grande" e riu.

A PEC, que foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 11 deste mês, prevê anistia às siglas que sofreram penalizações por descumprimento de cotas para mulheres e pessoas pretas. Além de criar um programa para refinar as dívidas e permitir que a verba do fundo eleitoral seja utilizada para pagar multas eleitorais.

Ao todo, 344 deputados apoiaram a proposta na primeira rodada de votação, 89 que foram contra. No segundo turno, foram 338 favoráveis e 83 contrários. A PEC pode ser a quarta desse formato na história do País.

Como apurou o Estadão/Broadcast, é esperado que o projeto não tenha no Senado o mesmo apoio que recebeu na Câmara e que a votação na Casa não seja prioridade. No último dia 12, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o tema não iria diretamente para o plenário. Para ele, o assunto não será tratado com pressa.

"Não há nenhum tipo de compromisso meu de ir imediatamente ao plenário do Senado, com açodamento. Inclusive, cuidarei de encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça para sua avaliação", disse.

entregue em agosto, após o recesso parlamentar. "Quando voltarem, vão ter um livro do governo federal falando o que foi feito nesses 18 meses".

O presidente fez questão de agradecer os congressistas, tanto os que votaram a favor como os que votaram contra a projetos do governo, e ressaltou a relação que tem com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Sei que posso falar com o presidente Pacheco e com o presidente Lira. Quando tomamos posse, parecia que ia ser muita situação degradante", disse.

"Aqui no Brasil, mesmo com essa coisa ideológica, que todo mundo fala que está acabando planeta, que está acabando o mundo, que tem intriga, nós não tivemos um projeto significativo recusado pelo Congresso Nacional", pontuou. "Foi aprovado pela Câmara e pelo Senado todas as coisas importantes que o Brasil precisava", enalteceu o presidente.

"Quero parabenizar o Congresso Nacional na relação com o Poder Executivo, e também agradecer o Poder Executivo na relação que teve com o Congresso Nacional, porque isso mostra que esse país tem jeito", finalizou.

VÍDEO

Bolsonaro reafirma apoio a Ramagem após áudio liberado por Moraes

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai participar de dois encontros de pré-campanha no Rio de Janeiro com o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na gestão bolsonarista e pré-candidato à prefeitura da capital carioca, nesta quinta, 18, e sexta-feira, 19. Bolsonaro gravou um vídeo com Ramagem para informar sobre os compromissos.

"Olá, amigos do Rio de Janeiro. Nessa próxima quinta-feira, às 10h30, juntamente com Ramagem, estaremos na Praça Saens Peña, aí na Tijuca, para bater um papo contigo sobre o nosso município. No dia seguinte, no mesmo horário, às 10h30, no Calçadão de Campo Grande, também discutindo os nossos problemas, o nosso município do Rio de Janeiro. Compareça",

diz Bolsonaro na gravação ao lado de Ramagem.

A reafirmação de apoio a Ramagem foi divulgada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nas redes sociais nesta quarta-feira, 17, dois dias após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirar o sigilo do áudio de uma reunião em que o ex-presidente, o general Augusto Heleno (então chefe do Gabinete de Segurança Institucional) e o ex-chefe Abin discutem um plano para anular o inquérito das "rachadinhas" - investigação que fechou o cerco a Flávio, filho "01" do ex-chefe do Executivo.

O vídeo de apoio põe fim às especulações sobre uma possível troca de candidato na disputa pela prefeitura do Rio nas eleições deste ano e é considerado uma vitória de Flávio, o principal articulador da campanha



Reprodução

O ex-presidente Jair Bolsonaro e o deputado Alexandre Ramagem

nha de Ramagem.

O senador é tido como a ponte entre Ramagem e Bolsonaro e o principal defensor da candidatura do aliado. Como mostrou o Estadão, o ex-presidente se irritou com Ramagem após a informação de que a Polí-

cia Federal encontrou o áudio da reunião, mas que o PL pretendia manter a candidatura de Ramagem mesmo com o avanço das investigações que apuram um suposto esquema de espionagem ilegal na Abin.

Aliados do ex-chefe do Exe-

cutivo e integrantes do partido já davam a candidatura de Ramagem como "irreversível". Aliado fiel do clã Bolsonaro em solo fluminense, o berço político do bolsonarismo, Ramagem ainda não decolou como pré-candidato.

A três meses das eleições municipais, o atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), aparece com 53% das intenções de voto em levantamento do Datafolha divulgado em 5 de julho. Ramagem vem em seguida, mas com 9% - uma diferença de 44 pontos percentuais. Ramagem comparece à sede PF no Rio para depor sobre uso ilegal da Abin.

O delegado federal Alexandre Ramagem compareceu nesta quarta-feira (17) à Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Estava previsto para esta tarde seu depoi-

mento no âmbito das investigações sobre possível uso ilegal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que ele dirigiu entre 2019 e 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Até o fechamento desta edição não haviam maiores detalhes sobre o depoimento.

A oitava de Ramagem acontece dois dias após o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar o sigilo de gravação feita pelo delegado em reunião ocorrida em agosto de 2020. A decisão foi tomada pelo ministro Alexandre de Moraes na segunda-feira (15). O encontro gravado contou com a participação do então presidente Jair Bolsonaro e do então ministro GSI, Augusto Heleno.

Também estiveram presentes na reunião advogadas do senador e filho do ex-presidente, Flávio Bolsonaro (PL), que vinha sendo investigado por suspeita de "rachadinha" em seu gabinete durante o período em que foi deputado estadual no Rio de Janeiro. A situação foi pauta da reunião. As gravações revelam conversas para que órgãos oficiais fossem usados com o intuito de influenciar o encerramento da investigação contra o senador.

INCLUSÃO

Governo cria sistema de emissão de carteira nacional da pessoa com TEA

O sistema de cadastro informatizado do governo nacional será gerido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e operacionalizado em conjunto com órgão estaduais e municipais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta quarta-feira (17), decreto que cria o Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SisTEA). A medida deve facilitar e padronizar a emissão da carteira nacional de identificação dessa população.

O sistema informatizado é gerido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) e operacionalizado em conjunto com órgão estaduais e municipais. A assinatura ocorreu durante o encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília.

“Eu sei quem é que precisa de políticas públicas do Estado, que é o povo mais carente desse país, que é o povo mais pobre desse país, que são milhões de brasileiros, dentre eles as pessoas com deficiência. Vocês sentem na pele aquilo que a gente, muitas vezes, só vê em filme: o desrespeito, a falta de carinho, de solidariedade, de compreensão, o nojo”, disse Lula.

“Vocês dão um exemplo de dedicação, abnegação e de muita resiliência. Só vocês é que podem dar o exemplo de que o ser humano não tem limite. O ser humano consegue aquilo que quer, é só ele ter vontade”, acrescentou, defendendo que os participantes da conferência façam as críticas necessárias aos governantes e fiscalizem a implementação das políticas públicas.

Durante o evento, o MDH e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome também assinaram acordo de cooperação no âmbito da Política Nacional do Cuidado e do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O objetivo é desenvolver ações intersectoriais em resposta às demandas de pessoas com deficiência, considerando a interseccionalidade de gênero, classe, raça, etnia, idade e território e a interdependência entre quem cuida e quem demanda cuidados.

Ainda foi assinada portaria interministerial, entre o MDH e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos edi-



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto durante o encerramento da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília.

fícios públicos federais.

COMBATE AO CAPACITISMO

Também foi entregue o relatório final do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, que trata da implementação dessa avaliação no país. O objetivo do governo é propor uma metodologia de avaliação da deficiência que vá além do modelo médico tradicional, reconhecendo a deficiência como uma interação complexa de fatores biológicos, psicológicos e sociais.

A secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do MDH, Anna Paula Fennella, explicou que a pasta está dialogando com vários ministérios sobre o uso da avaliação biopsicossocial pelas diferentes agendas de políticas e serviços públicos. “Uma progressiva implementação da avaliação biopsicossocial é uma mudança de paradigma. A gente sai do modelo caritativo, do modelo biomédico e a gente precisa alterar essa cultura e enfren-

tar de vez a cultura do capacitismo”, disse, lembrando do lançamento, em 2023, da campanha Combata o Capacitismo.

O capacitismo consiste na discriminação contra pessoas com deficiência, expressos de múltiplas formas por meio de determinados tratamentos, formas de comunicação, práticas, barreiras físicas e arquitetônicas que impedem o pleno exercício da cidadania. Esse preconceito pode ser consciente ou inconsciente, mas sempre reflete a ideia de que há um corpo padrão, sem deficiência, que é considerado normal. A partir dessa ideia, a capacidade e a aptidão de pessoas com deficiência são subestimadas.

Para enfrentar esse problema, Anna Paula citou que ações efetivas devem ser implementadas com educação inclusiva, com oportunidade de emprego e desenvolvimento profissional, com saúde e transporte adequado, acesso à cultura, com formação dos agentes públicos capazes de romper

com esse preconceito e com as barreiras impostas às pessoas com deficiência. “Muitas vezes, há algumas barreiras normativas que ainda nos impedem de sair da nossa casa, às vezes, é um degrau, uma calçada que já nos deixa encarcerados”, disse.

Durante o evento, o MDH e o Ipea assinaram protocolo para realização de pesquisas e estudos aplicados sobre a implementação da avaliação biopsicossocial da deficiência. O MDH, MGI e Ministério do Planejamento e Orçamento também firmaram acordo para realizar estudos de impacto regulatório, social, político e econômico da avaliação em todo o país, para propor diretrizes para constituição de um sistema nacional de avaliação da deficiência e a elaboração de estratégia de governo para adoção do sistema.

As novas iniciativas do governo se juntam ao Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência Novo Viver sem Limite, lançado em novembro de 2023. O plano reúne

cerca de 100 ações e conta com R\$ 6,5 bilhões de investimentos em ações para pessoas com deficiência. Até agora, entretanto, apenas cinco estados aderiram: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí. Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Alagoas e Pará estão em processo de adesão.

Com 1,6 mil participantes de todo o país, a 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência marca a volta desse tipo de evento depois de oito anos. O encontro é resultado de 453 conferências municipais, 51 conferências ou fóruns regionais, uma conferência livre de acessibilidade cultural e 27 conferências realizadas em todas as unidades federativas.

O evento começou no último domingo (14) e encerra na tarde desta terça-feira com a aprovação da Carta de Brasília. Os 800 delegados da conferência estão analisando 90 propostas de recomendações para diversos órgãos sobre políticas para a população com deficiência.

CASO SÔNIA

A vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul, Ewelín Canizares, representante do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivas, lembrou que as políticas públicas devem ser interseccionais e garantir a participação de toda a diversidade de pessoas na sociedade.

“Em primeiro lugar, nós somos pessoas, não somos deficiências. Segundo lugar, nós somos diversos, homens, mulheres, indígenas, negros, brancos, de todas as individualidades humanas, nós também somos LGBT. Então, nós precisamos de uma política interseccional que nos abranja como um todo”, disse, cobrando ainda a reparação e memórias de todos os erros e violências que foram cometidos contra as pessoas com deficiência, como a institucionalização indevida e a segregação.

Ela comentou ainda o caso de Sônia Maria de Jesus, de 50 anos, que foi resgatada em uma operação contra o trabalho análogo à escravidão da casa de um desembargador e depois retornou à residência dos investigadores, em Santa Catarina. A trabalhadora doméstica é surda e muda, ficou por mais de 40 anos na casa do magistrado e nunca recebeu salário ou qualquer outra verba trabalhista.

“Nós temos que lembrar que vidas negras com deficiência importam também e que nós temos que progredir nesse país para que todo mundo reconheça o nosso valor”, disse Ewelín.

Ao ouvir a história, Lula disse que cobrar informações de seus ministros sobre o caso. “Como é que pode haver uma decisão para que essa pessoa que estava há 41 anos em uma casa voltasse para a mesma casa? Em nome do quê? Em defesa do quê?”, questionou o presidente. “Não tem sentido. Eu só quero dizer para vocês que eu me interessei pelo caso e que vou consultar alguns ministros para saber o que de fato está acontecendo. Se a sociedade para de deixar de acreditar nas instituições, nós sabemos o que pode acontecer nesse país”, completou.

DESENVOLVIMENTO

Brasil apresenta proposta de aliança global contra a fome e a pobreza

Aproveitando a viagem que fazem aos Estados Unidos, onde participam do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, na Organização das Nações Unidas (ONU) integrantes do governo brasileiro promoveram encontros paralelos com outras autoridades, a quem apresentaram uma proposta de criação de uma aliança global de combate à fome e à pobreza.

A ideia é agregar conhecimentos, finanças e parcerias que, tendo este objetivo comum, consigam melhores condições para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial estabelecida em 2015 pela ONU com o propósito de construir e implementar políticas públicas para guiar a humanidade até 2030.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza “é uma das principais iniciativas do Brasil à frente do G20 [grupo das 20 maiores economias do planeta]”. No evento paralelo, realizado para discutir meios de aplicação das políticas nos países, o ministro Wellington Dias informou que, entre as ações planejadas, estão a promoção da segurança alimentar, o aumento de renda e o enfrentamento das desigualdades.

“A realidade que vivemos, de múltiplas crises, incluindo a climática e ambiental, a situação econômica e os conflitos, faz crescer novamente a fome, a insegurança alimentar e a pobreza. Há muitos eixos e muitas ações necessárias para enfrentar esse desafio complexo”, disse o ministro.

“Não queremos criar um novo foro internacional para debater o que precisa ser feito e trocar experiências coletivamente, pois já temos muitos foros multilaterais legítimos para isso”, acrescentou Dias, ao apresentar as diretrizes da proposta, visando a mobilização de recursos financeiros e conhecimento, de forma a canalizá-los para onde são mais necessários.

Ainda segundo o ministro, o desenho dessa aliança ficará a cargo de uma força-tarefa do G20, que já vem trabalhando na composição de uma “cesta de políticas públicas que reunirá toda a expertise acumulada, ao longo de décadas, com programas de transferência de renda, proteção social, alimentação escolar, entre outros, a partir da experiência de diversos países e organizações internacionais”.



A ideia é obter melhores condições para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

PESQUISA

Minas e Bahia lideram crescimento turístico

A alta mineira foi aproximadamente o dobro da média nacional, que teve variação de 4%. No comparativo entre maio de 2024 e maio de 2023, o turismo mineiro cresceu 8,1%, índice 1.257% acima do cenário brasileiro

Os estados de Minas Gerais e Bahia estão empatados na liderança do crescimento econômico do turismo no Brasil. Entre maio de 2023 e maio deste ano, os estados registraram, respectivamente, aumento de 11,8% e 11,9%, segundo o mais recente relatório do Observatório do Turismo de Minas Gerais, edição julho 2024, realizado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta mineira foi aproximadamente o dobro (195%) da média nacional, que teve variação de 4%. No comparativo entre maio de 2024 e maio de 2023, o turismo de Minas Gerais cresceu 8,1%, índice 1.257% acima do cenário brasileiro, que registrou queda de -0,7%. Para o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas de Oliveira, o desempenho positivo deve-se às muitas frentes de atuação da pasta, que aposta na transversalidade entre cultura e turismo para atrair visitantes e investimentos para o estado.

“Estamos na Semana de Minas, iniciativa que promove diversas manifestações artísticas para valorizar a riqueza e diversidade cultural do estado. Paralelamente, a campanha turística Inverno em Minas, que tem como meta posicionar o estado como o principal destino de frio do Brasil, conta com mais de 500 ações em cerca de 400 muni-



Santuário da Serra da Piedade em Caeté, município do interior de Minas Gerais que fica próximo à capital Belo Horizonte, é um dos lugares que recebem visitas

cípios. O trabalho contínuo para transformar os atrativos mineiros em produto turístico é a nossa fórmula de sucesso”, afirma Oliveira.

GERAÇÃO DE EMPREGO TAMBÉM CRESCER

Minas Gerais também apresentou crescimento na geração de postos de trabalho. De acordo com o Novo Caged, maio alcançou 405.425 empregados formais no turismo, um aumento de 6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Na cultura, o estoque de empregos chegou a 366.276, representando alta de 3,5% em comparação com maio de 2023 e 0,19% em relação a abril deste

ano. Políticas públicas como o ICMS Turismo, que, entre janeiro e maio deste ano, repassou R\$ 30,9 milhões aos municípios, programas como o Minas para o Mundo: Mundo para Minas e a promoção do Destino Minas em feiras e eventos nacionais e internacionais também fortalecem o setor e estimulam o cenário de geração de emprego e renda.

“O lançamento, em 2023, do Mais Turistas, com o Minas Criativa, solidificou e deu corpo às políticas públicas em prol do fortalecimento da economia da criatividade no estado. Temos trabalhado cada vez mais com parceiros do trade turístico, da iniciativa privada e de outros

antes do Governo de Minas”, complementa Leônidas de Oliveira. Parques Estaduais em alta.

A natureza exuberante de Minas mais uma vez provou atrair turistas de dentro e fora do estado. Somente em maio, os parques estaduais receberam 50.741 visitantes, um aumento de 47,3% em relação ao mesmo período de 2023.

Entre eles, o que mais se destacou foi o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, localizado em uma área que abrange Belo Horizonte e outros três municípios da região metropolitana da capital mineira: Brumadinho, Nova Lima e Ibirité.

O terceiro maior parque de preservação ambiental em

área urbana do Brasil registrou 17.996 visitas no período, demonstrando ser uma ótima opção para passeios bate e volta saindo de BH ou de Brumadinho, onde fica o Inhotim.

“Minas tem um potencial incrível de turismo ecológico que está sendo cada dia mais valorizado e que atrai pessoas de todos os cantos. As Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) receberam, ao longo de 2023, quase um milhão de visitantes, o maior número dos últimos quatro anos”, relata a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

“Além de se destacarem pela

beleza cênica e importância para a preservação ambiental, muitas delas possuem estrutura adequada para receber turistas e proporcionam diversos atrativos naturais como cachoeiras, lagoas, mirantes, trilhas ecológicas, cavernas, formações geológicas e o contato único com espécies nativas da flora e fauna silvestres”, complementa.

AEROPORTOS MOVIMENTADOS

O aquecimento do turismo em Minas se refletiu na movimentação dos aeroportos do estado. Conforme dados da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), Minas registrou 5.652 pousos de aeronaves em maio, aumento de 10,67% em relação a maio de 2023. No somatório de janeiro a maio, foram 26.862 pousos no estado, representando alta de 6,9% no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Em maio, 565.189 passageiros desembarcaram em solo mineiro, número que equivale a 11,88% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2023. No período de janeiro a maio, o total chegou a 2,6 milhões, uma variação positiva de 6,61% em relação ao período anterior.

Os turistas de São Paulo vieram em maior número (43,17%), seguidos pelos próprios mineiros (11,18%), visitantes da Bahia (8,96%) e Rio de Janeiro (8,61%). Entre os estrangeiros, os maiores emissores foram Portugal (34,62%), Panamá (29,79%), Chile (14,41%) e Colômbia (13,67%).

Coneção



POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Fecomércio RJ debate informalidade no Rio

Arteiras Comunicação



A informalidade no Centro do Rio foi tema de discussão na reunião do Conselho de Varejo da Fecomércio RJ, que ocorreu na segunda-feira (15), na sede da federação. O diretor-executivo do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), João Gomes, apresentou uma sondagem feita com 446 empresários, entre os dias 10 e 14 de julho, que mostra que a percepção da informalidade foi menor que em 2023. Segundo a pesquisa feita nas adjacências das avenidas Rio Branco e Marechal Floriano e das ruas Sete de Setembro, Uruguiana, Quitanda, Assembleia, Senhor dos Passos e Alfândega, 33% dos empresários entrevistados acham que a informalidade diminuiu em relação ao ano passado, enquanto 28,3% afirmaram que cresceu. Em 2023, 11% tinham a percepção de queda e 55% achavam que a informalidade havia crescido. Para 52% dos entrevistados, a informalidade está disseminada por todo o Centro da cidade.

Reunião de alinhamento estratégico na ACRJ

Os presidentes e vices dos Conselhos Empresariais da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) participaram, nesta terça-feira (16), de um encontro com o presidente da ACRJ, Josier Vilar, e a vice-presidente dos Conselhos, Fabiana Bentes, com a presença do presidente do Conselho Superior, Ruy Barreto Filho. Foi feita uma apresentação sobre o Impulsãoamento Estratégico dos Conselhos Empresariais, com destaque para o papel dos Conselhos em gerar pautas de interesse empresarial e impacto econômico, tornando-os estratégicos para o empresariado.

Crea-RJ vai empossar inspetores no interior do Rio

O presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Rio (Crea-RJ), engenheiro Miguel Fernández, vai empossar mais 42 inspetores esta semana. Depois da posse de 24 inspetores, em cerimônia no Instituto Federal Fluminense (IFF) nesta quarta-feira, na sexta-feira, dia 19 de julho, será a vez de 18 novos inspetores.

Presidente da FIEMG recebe novo cônsul do Uruguai em Minas Gerais em reunião

Sebastião Jacinto Júnior

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, se reuniu nesta terça-feira (16) com o novo cônsul do Uruguai em Minas Gerais, Luís Darío Ávila Mendina, que assumiu o cargo em 1º de março. Antes, ele fez parte da Diretoria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores uruguaio. O encontro teve o objetivo de estreitar a relação comercial entre a indústria de Minas Gerais e o governo do Uruguai. Roscoe acredita que as economias dos dois países têm aspectos em comum, especialmente na produção agropecuária, e outros complementares que podem avançar.



Municípios brasileiros aprovam Protocolo de Apoio Mútuo para Gestão de Desastres

Nesta terça-feira (16), o Grupo de Trabalho da Comissão Permanente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) de Cidades Atingidas ou Sujeitas a Desastres (CASD) apresentou o Protocolo de Apoio Mútuo Emergencial entre Municípios. O documento busca fornecer uma base normativa para amparar juridicamente as ações de cooperação mútua entre cidades brasileiras durante situações de emergência ou calamidade pública. O protocolo visa orientar os municípios na formação de parcerias para fornecer e receber apoio em situações de emergência ou calamidade pública.

Vibra faz aporte na Versa Fuel e amplia negócios para rede de revenda

Divulgação

Alinhada ao seu compromisso de incentivar a inovação no setor de distribuição de combustíveis, a Vibra Vibra traz o serviço de delivery para o seu portfólio e reforça a entrega de valor para sua rede de revenda dos Postos Petrobras. Por meio do Vibra Ventures, seu Corporate Venture Capital (CVC), a companhia lidera a rodada de investimento na Versa Fuel, uma startup pioneira no delivery de combustíveis para frotas corporativas, com um aporte de R\$ 6 milhões. A Versa Fuel se torna o terceiro investimento da Vibra em startups, seguindo aportes anteriores na EZVolt e na DeepESG. O objetivo é atender o nicho corporativo, atraindo empresas cujas frotas serão abastecidas pela Versa diretamente em suas garagens. A Versa não vai atender o cliente pessoa física, esse seguirá indo ao posto”, explica Vanessa Gordilho, vice-presidente de negócios, produtos e marketing da Vibra.



ALERJ

Usinas Termelétricas do Rio têm regime tributário diferenciado até o ano de 2032

Empresas ou consórcios responsáveis por projetos independentes de usinas de geração de energia elétrica a partir do gás natural, ou seja, as usinas termelétricas, terão um regime tributário diferenciado até o fim de 2032. A determinação é da Lei 10.456/24, do Poder Executivo, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Executivo desta quarta-feira (17/07).

Os incentivos fiscais valem para os empreendimentos novos, que tenham obtido a licença prévia ambiental e sejam vencedores dos leilões de energia realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entre 2015 e 2032, nos termos da legislação federal. A lei determina a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a aquisição interna e importação de gás natural, ainda que liquefeito, a ser utilizado no seu processo de geração de energia elétrica.

As empresas ou consórcios ainda terão diferimento do imposto na importação, aquisição interna e aquisição interestadual de máquinas, equipamentos, peças, partes e acessórios destinados à instalação do empreendimento. O diferimento é a postergação do recolhimento do imposto para tributação no destino em que forem exploradas as atividades econômicas. No caso da importação, é necessário que o processo tenha ocorrido pelos portos ou aeroportos fluminenses.

Com o objetivo de embasar a medida, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar (Seneemar), elaborou um estudo sobre o tema. De acordo com os dados levantados, atualmente o estado do Rio concentra 71% da produção de gás natural do país, sendo responsável por mais de 75% do consumo nacional e ter quase 25% de sua frota de veículos convertida para o uso do gás natural.

"A construção e operação de termelétricas a gás natural possui efeito multiplicador na economia local, notadamente na cadeia de valor de gás natural e no setor industrial, uma vez que garante um fluxo de demanda de energia, que utiliza uma grande quantidade de gás natural, e justifica a possibilidade de investimento de empresas que produzem petróleo e gás natural a comissionar novos gasodutos de escoamento de produção e, naturalmente, desenvolver uma indústria de beneficiamento do gás e a desenvolver mercados para subprodutos líquidos resultantes do processamento do gás como matéria-prima industrial", justificou o governador.

Contrapartidas A lei estabelece que não poderão aderir ao regime as empresas irregulares no Cadastro Fiscal do Estado do Rio, inadimplentes com parcelamento de débitos fiscais, que tenham débito com a Fazenda Estadual, que participem ou tenham sócio que participe de empresa com débito inscrito na dívida ativa do Estado do Rio ou que tenham passivo ambien-

tal não equacionado junto aos órgãos estaduais competentes.

Como contrapartida, as empresas que se enquadrem no tratamento tributário especial deverão investir, no mínimo, 2% do custo variável relativo ao combustível gás natural, apurado a cada ano, em projetos de geração de energia elétrica com fontes renováveis de baixo impacto ambiental. Os recursos poderão ser investidos também em projetos de conservação de energia em prédios públicos, de iluminação pública, de monumentos de interesse histórico ou turístico, ou ainda, em estudos sobre transição energética, energias renováveis e desenvolvimento sustentável.

Perderá o direito à utilização de qualquer tratamento tributário especial previsto na proposta, com a consequente restauração da sistemática convencional de apuração do ICMS, o contribuinte que apresentar qualquer irregularidade com relação ao cumprimento dos requisitos e obrigações estabelecidas.

Respaldo legal e estimativa de renúncia fiscal

Para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo enviou as estimativas de desoneração de receitas para os próximos três anos, elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). A previsão é de renúncia fiscal de R\$ 6,5 milhões este ano, R\$ 13,5 milhões em 2025 e 14 milhões em 2026.

A medida é referendada pela Lei Complementar Federal 160/17 e pelo Convênio ICMS 190/17, que permite a "colagem" de benefícios



Os incentivos valem para os empreendimentos novos, que tenham obtido a licença ambiental e sejam vencedores dos leilões de energia

MARINA VEROLME S.A.
 CNPJ/MF: 04.078.670/0001-81 - NIRE: 33.3.0026685-2
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2024.
1. Data, Hora e Local: Em 16 de julho de 2024, às 15:00 horas, na sede da Marina Verolme S.A., localizada na Cidade de Angra dos Reis e Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Winston Maruca, s/nº, Jacucanga, CEP 23.914-345 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Gabriela Lobato Brandão Marins; e Secretário: Sr. Honder João Bressan Wellisch. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** As deliberações abaixo foram aprovadas pela totalidade do capital social da Companhia: **4.1. Aprovar a redução de capital social da Companhia em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por considerá-lo excessivo às suas atividades, nos termos dos arts. 173 e 174 da Lei das S.A., passando o capital social de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia, com restituição de capital à acionista em moeda corrente nacional, a ser pago ao longo do exercício social de 2024, nos prazos e fluxos determinados pela Diretoria. Mantem-se, portanto, inalterado o número de ações, devendo ser observado o prazo previsto no art. 174 da Lei das S.A. de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta ata para eventual oposição de credores quirografários da Companhia. **4.1.1. Consignar que, uma vez transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias acima previsto, sem que tenha havido oposição de credores quirografários à redução de capital deliberada nesta Assembleia Geral, a restituição do capital será realizada à acionista da Companhia, na forma e prazos determinados pela Diretoria. **4.2. Em decorrência das deliberações acima, aprovar, uma vez efetivada a redução de capital social, a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), dividido em 803.560 (oitocentas e três mil, cento e sessenta) ações, sendo 321.424 (trezentas e vinte e uma mil, quatrocentas e vinte e quatro) ações ordinárias e 482.136 (quatrocentos e oitenta e duas mil, cento e sessenta) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal". **4.3.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir a alteração deliberada no item 4.2 acima, na forma do Anexo I. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada e lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia que, após lida e aprovada por todos os presentes, foi devidamente assinada. Angra dos Reis, 16 de julho de 2024. **Mesa:** Gabriela Lobato Brandão Marins - Presidente; Honder João Bressan Wellisch - Secretário. **Acionista:** BR Marinas S.A.******

REQUERIMENTO DE LICENÇA
POSTOS PASSAREDO LTDA - CNPJ: 00.285.458/0001-34 torna público que requereu a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente - SECONSERMA através do processo nº **14/200.734/2012 (EIS-PRO-2024/00819** - processo digital) a **RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO - LMO** para operar posto revenda de combustíveis líquidos, com serviços de abastecimento de combustíveis líquidos na Avenida Brasil, 4900 - Bonsucesso, Rio de Janeiro.

CONCESSÃO DE LICENÇA
PRAIA DE BOTAFOGO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ: 48.756.070/0001-09, torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EIS-PRO-2023/12704, Licença Ambiental Municipal Prévia nº EIS-LMP-2024/00025 com validade de 48 meses para Desenvolvimento de projeto para construção de edificação residencial multifamiliar na PRAIA DE BOTAFOGO, 266 PAL 27.078.

PLAYVENDER DISTRIBUIDORA DO BRASIL S.A.					
CNPJ 05.762.204/0001-83					
Balanco Patrimonial (em milhares de reais)		Demonstração do resultado (em milhares de reais - exceto resultado por ações)		Demonstração dos fluxos de caixa (em milhares de reais)	
		31/12/2021		31/12/2021	
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		Não auditado	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	15.922	5.552	1.106.802	731.539	10.512
Instrumentos financeiros	409	-	974.159	(629.015)	2.497
Clientes	100.169	83.894	132.643	102.524	579
Estoque	84.753	56.318	-	-	-
Impostos a recuperar	5.442	21.186	-	-	4.784
Outros ativos	674	3.241	-	-	(2.900)
Total do ativo circulante	207.369	170.191	-	-	-
Não circulante			-	-	-
Partes relacionadas	18.567	6.098	-	-	(16.275)
Depósitos judiciais	2.309	1.522	-	-	(39.719)
Imobilizado	5.459	3.091	-	-	(28.435)
Imobilizado - direitos de uso	5.799	-	-	-	(6.722)
Total do ativo não circulante	32.134	10.711	-	-	(94.141)
TOTAL DO ATIVO	239.503	180.902	-	-	-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	130.076	86.974	-	-	45.322
Obrigações fiscais e tributárias	6.864	8.045	-	-	43.102
Empréstimos e financiamentos	26.727	33.146	-	-	4.972
Arrendamentos	4.709	-	-	-	6.361
Salários e encargos sociais	5.075	3.771	-	-	1.303
Total do passivo circulante	173.451	131.936	-	-	(472)
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	26.992	19.542	-	-	(3.682)
Arrendamentos	1.652	-	-	-	775
Obrigações fiscais e tributárias	5.730	9.521	-	-	(12.470)
Partes relacionadas	125	-	-	-	(15.377)
Provisões para contingências	7.108	-	-	-	-
Outros passivos	-	474	-	-	5.816
Total do passivo não circulante	41.607	29.537	-	-	125
Patrimônio Líquido					
Capital social	16.435	16.435	-	-	5.816
Prejuízos acumulados	(11.946)	(5.974)	-	-	125
Reservas de incentivos fiscais	19.956	8.968	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	24.445	19.429	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	239.503	180.902	-	-	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis	
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma). Nota 1 - Contexto Operacional: Playvender Distribuidora de Higiene e Limpeza S.A ("Companhia") é uma Companhia anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de Casinhas/RJ, tendo como objeto explorar a atividade de comércio atacadista de produtos em geral, com início de atividades em 17/06/2003. Por meio da vigésima segunda alteração contratual, registrada na JUCERJA em 18 de março de 2022 foi realizada a transformação de sua natureza jurídica, quando passou a adotar a natureza jurídica Sociedade Anônima de Capital Fechado, alterando o nome empresarial para PLAYVENDER DISTRIBUIDORA DO BRASIL S.A. ("Companhia") , sem solução de continuidade, de acordo com o disposto no artigo 220 da Lei 6.404/76 e sucessora universal em todos os direitos e obrigações da sociedade limitada ora sucedida, ficando estabelecido que as ações que compõem o capital não terão valor nominal. O responsável pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis é o Diretor Presidente. Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo				custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.12. Nota 3 a 28 - Publicação Detalhada na Versão Digital: Nos termos da Lei 13.818/2019 a íntegra das notas explicativas nº 3 a 28 estão publicadas no site do jornal, que pode ser acessado através do link / QR CODE disponível nesta versão impressa. Nota 29 - Eventos Subsequentes: Atreladas à ata realizada em 28/04/2023 foi aprovada a alteração do nome empresarial da Playvender Distribuidora do Brasil S.A para Playvender do Brasil S.A. A diretoria declara a inexistência de outros fatos ocorridos subsequentemente entre a data de encerramento do exercício até a data de aprovação das demonstrações contábeis que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.	
Receitas Operacionais				Prejuízos Reservas de Incentivos Fiscais	
Receita líquida				Social Acumulado Incentivos Fiscais Total	
CUSTOS					
Custos das mercadorias vendidas					
Lucro bruto operacional					
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas					
Despesas gerais e administrativas					
Despesas tributárias					
Depreciações					
Amortização					
Outros resultados operacionais					
Resultado Operacional					
Receitas financeiras					
Despesas financeiras					
Resultado financeiro					
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda					
Contribuição social					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
RESULTADO POR AÇÕES - EM R\$					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis	
Demonstração do resultado abrangente (em milhares de reais)				Demonstração das mutações do patrimônio líquido (em milhares de reais)	
Lucro líquido do exercício				Capital Social Acumulado Incentivos Fiscais Total	
Outros resultados abrangentes					
Resultado abrangente do exercício					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis	
Saldo em 01/01/2021 (não auditado)				Saldo em 01/01/2021 (não auditado)	
Ajustes de exercícios anteriores				Mutações do Exercício (não auditado)	
Reservas de incentivos fiscais				Saldo em 01/01/2022	
Resultado do exercício					
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)				Saldo em 31/12/2022	
Ajustes de exercícios anteriores				Mutações do Exercício	
Reservas de Incentivos Fiscais					
Resultado do exercício					
Saldo em 31/12/2022				Saldo em 31/12/2022	
Mutações do Exercício					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis	
apresentadas conforme orientação técnica OIPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. Data de aprovação das demonstrações contábeis: As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 29/12/2023. Moeda funcional e de apresentação. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no				Cláudio Renato da Nova Campos - Diretor Presidente - CPF 003.648.807-08; JS Contadores - CRC RJ-005754/O-1; Silvio Luiz Fonseca de Azevedo - Contador - CRC RJ-098.723/O-4 - CPF 086.227.077-41.	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, estando a íntegra do relatório disponível na versão digital que pode ser acessada através do link / QR CODE disponível nesta versão impressa nos termos da Lei 13.818/2019.					

